

**JAIME BARREIROS NETO**  
**RAFAEL BARRETTO**



Coleção

**TRIBUNAIS  
E MPU**

Coordenador

**HENRIQUE CORREIA**

# DIREITO ELEITORAL

**PARA OS CONCURSOS DE TÉCNICO E ANALISTA  
DE TRIBUNAIS E MPU**

**7<sup>a</sup>  
EDIÇÃO**

revisita,  
atualizada  
e ampliada

2023

 **EDITORA**  
*Jus*PODIVM

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

**Copyright:** Edições JusPodivm

**Diagramação:** Lupe Comunicação e Design ([lupecomunicacao@gmail.com](mailto:lupecomunicacao@gmail.com))

**Capa:** Ana Caquetti

B271 Barreiros Neto, Jaime  
Direito Eleitoral: Para Técnico e Analista dos TREs e TSE / Jaime Barreiros Neto e Rafael Barretto – 7ed., rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora JusPodivm, 2023  
496 p. (Coleção Tribunais e MPU)

Inclui Bibliografia.  
ISBN 978-85-442-3968-1.

1. Direito Eleitoral 2. Concursos 3. Técnico 4. Analista I. Barreiros Neto, Jaime II. Barretto, Rafael III. Título.

CDD 341.33312

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

## Capítulo I

<b>DIREITO ELEITORAL: CONCEITO, FONTES E PRINCÍPIOS.....</b>	<b>19</b>
1. Conceito, objeto e objetivos do Direito Eleitoral .....	19
2. As fontes do Direito Eleitoral .....	20
2.1. Constituição Federal de 1988 .....	20
2.2. Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15/07/1965) .....	21
2.3. Lei das Eleições (Lei nº 9504/97).....	22
2.4. Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar nº 64/90).....	22
2.5. Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral .....	23
2.6. Consultas a TSE e TREs .....	24
3. Princípios do Direito Eleitoral .....	24
3.1. A distinção entre princípios e regras.....	24
3.2. Princípio da lisura das eleições .....	25
3.3. Princípio do aproveitamento do voto.....	26
3.4. Princípio da celeridade .....	27
3.5. Princípio da anualidade .....	28
3.6. Princípio da moralidade eleitoral e a Lei da Ficha Limpa.....	30
4. Jurisprudência selecionada .....	34

## Capítulo II

<b>ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.....</b>	<b>43</b>
1. Notas introdutórias .....	43
2. A Justiça Eleitoral: principais funções .....	44
2.1. Função jurisdicional da Justiça Eleitoral.....	45
2.2. Função executiva da Justiça Eleitoral .....	46
2.3. Função legislativa (normativa) da Justiça Eleitoral .....	48
2.4. Função consultiva da Justiça Eleitoral .....	48
3. Organização e competência da Justiça Eleitoral.....	49
3.1. O Tribunal Superior Eleitoral .....	50
3.2. Os tribunais regionais eleitorais .....	52
3.3. Os juízes eleitorais e a divisão geográfica da Justiça Eleitoral de primeira instância.....	53
3.4. As juntas eleitorais .....	55
4. O Ministério Público Eleitoral: princípios institucionais.....	56
4.1. Princípio da federalização .....	56
4.2. Princípio da delegação .....	56
4.3. Princípio da excepcionalidade .....	57
5. Organização e atribuições do Ministério Público Eleitoral.....	57
6. O exercício de atividade político-partidária por membros do Ministério Público .....	59
7. Jurisprudência Selecionada.....	60
8. Súmulas.....	61

**Questões**

<b>CAPÍTULOS I E II.....</b>	<b>63</b>
1. Questões com gabarito comentado .....	63
2. Questões de concurso .....	71
3. Questões elaboradas pelo autor .....	72
3.1. Simulado .....	72
3.2. Exercícios de memorização .....	74
4. Questões Discursivas .....	75
5. Gabaritos .....	77
5.1. Questões de concurso .....	77
5.2. Questões elaboradas pelo autor .....	77
5.2.1. Simulado.....	77
5.2.2. Exercícios de memorização.....	78

**Capítulo III**

<b>ALISTAMENTO ELEITORAL, DOMICÍLIO ELEITORAL E DIREITOS POLÍTICOS.....</b>	<b>79</b>
1. A capacidade política: conceito e noções preliminares.....	79
2. A aquisição da nacionalidade brasileira .....	80
3. O alistamento eleitoral e a gestão do cadastro eleitoral.....	82
3.1. Diferença entre alistamento, transferência, revisão e segunda via .....	88
3.2. Documentos necessários para o alistamento eleitoral .....	89
3.3. O alistamento eleitoral no Código Eleitoral: principais informações .....	91
4. O domicílio eleitoral .....	93
4.1. Transferência do domicílio eleitoral .....	94
5. Do título eleitoral .....	95
6. Do batimento de dados biográficos e de dados biométricos .....	96
7. Correção e revisão do eleitorado e procedimento revisional.....	98
8. Perda e suspensão dos direitos políticos .....	99
8.1. A suspensão dos direitos políticos por incapacidade civil absoluta e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15).....	100
8.2. A suspensão dos direitos políticos em virtude de condenação criminal transitada em julgado .....	106
8.3. Suspensão dos direitos políticos por improbidade administrativa.....	107
8.4. Considerações finais.....	107
9. Jurisprudência Selecionada.....	108

**Capítulo IV**

<b>CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E CAUSAS DE INELEGIBILIDADE .....</b>	<b>111</b>
1. Notas introdutórias: a distinção entre condições de elegibilidade e inelegibilidades ....	111
2. As condições de elegibilidade previstas na Constituição de 1988.....	113
3. As causas de inelegibilidade: Noções conceituais e classificação .....	115
4. Hipóteses de inelegibilidades previstas na Constituição Federal de 1988.....	116
4.1. Os inalistáveis e os analfabetos.....	116
4.2. A questão da reeleição para cargos executivos.....	117
4.3. A necessidade de desincompatibilização do presidente da república, governadores e prefeitos a fim de concorrerem a outros cargos .....	117
4.4. A questão da inelegibilidade reflexa prevista no § 7º do artigo 14 da CF/88....	119

5.	Hipóteses de inelegibilidade previstas na Lei Complementar nº 64/90 e a Lei da Ficha Limpa .....	121
5.1.	A “Lei da Ficha Limpa” (LC 135/10) e as alterações por ela propiciadas na Lei das Inelegibilidades (LC 64/90).....	121
5.2.	Situações hipotéticas de inelegibilidades previstas na LC 64/90 .....	126
5.2.1.	A inelegibilidade dos inalistáveis, dos analfabetos e dos parlamentares com mandatos cassados .....	127
5.2.2.	A inelegibilidade de governadores, prefeitos e seus vices por violação a dispositivo de Constituição Estadual, Lei Orgânica do DF ou de município.....	128
5.2.3.	A inelegibilidade em virtude de condenação em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político .....	129
5.2.4.	A inelegibilidade em virtude da prática de crimes (art. 1º, I, “e”, da LC 64/90) .....	129
5.2.5.	A inelegibilidade em virtude de incompatibilidade ou indignidade do oficialato .....	130
5.2.6.	A inelegibilidade em virtude de rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas por irregularidade insanável e a Súmula nº 01 do TSE.....	130
5.2.7.	As novas hipóteses de inelegibilidades instituídas pela Lei da Ficha Limpa: as alíneas “j” a “q” do inciso I do art. 1º da LC 64/90 .....	132
6.	A LC 64/90 e as previsões de prazos de desincompatibilização de titulares de determinados cargos ou funções como requisito para a disputa de mandatos eletivos .....	133
6.1.	Situações em que o prazo de desincompatibilização exigido é de seis meses antes do pleito.....	134
6.2.	Situações em que o prazo de desincompatibilização exigido é de quatro meses antes do pleito .....	135
6.3.	Situações em que o prazo de desincompatibilização exigido é de três meses antes do pleito.....	135
7.	Bloco de constitucionalidade e a questão da inconvenção de dispositivos da Lei da Ficha Limpa.....	136
8.	Jurisprudência Selecionada.....	142
9.	Súmulas.....	146

## Questões

<b>CAPÍTULOS III E IV.....</b>	<b>149</b>
1. Questões com gabarito comentado .....	149
2. Questões de concurso .....	156
3. Questões elaboradas pelo autor .....	158
3.1. Simulado .....	158
3.2. Exercícios de memorização .....	159
4. Questões Discursivas .....	160
5. Gabaritos .....	161
5.1. Questões de concurso .....	161
5.2. Questões elaboradas pelo autor .....	164
5.2.1. Simulado.....	164
5.2.2. Exercícios de memorização.....	164

**Capítulo V**

<b>OS PARTIDOS POLÍTICOS.....</b>	<b>165</b>
1. Introdução .....	165
2. Os partidos políticos na Constituição Federal de 1988 .....	166
3. Os partidos políticos na Lei nº 9.096/95.....	168
3.1. Disposições preliminares .....	168
3.2. Da criação e do registro dos partidos políticos.....	169
3.3. Da fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos.....	172
3.4. O funcionamento parlamentar e a cláusula de barreira.....	175
3.5. Do programa e do estatuto dos partidos políticos.....	176
3.6. Responsabilidade civil e trabalhista dos órgãos partidários.....	176
3.7. Disciplina e fidelidade partidárias.....	177
3.8. Da filiação partidária.....	187
3.8.1. A Resolução TSE nº. 23.596/19 e a criação do Sistema FILIA .....	189
3.9. Das finanças e contabilidades dos partidos políticos .....	191
3.10. Do fundo partidário.....	195
3.11. Do acesso gratuito ao rádio e à TV.....	200
4. Jurisprudência Selecionada.....	203

**Capítulo VI**

<b>SISTEMAS ELEITORAIS, CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS, COLIGAÇÕES E REGISTRO DE CANDIDATURAS .....</b>	<b>209</b>
1. Introdução .....	209
2. Os sistemas eleitorais e as suas espécies.....	210
2.1. O sistema eleitoral majoritário .....	210
2.1.1. Os votos brancos e nulos e a questão da nulidade das eleições.....	211
2.2. O sistema eleitoral proporcional .....	212
2.3. A questão do voto distrital .....	214
2.4. O sistema eleitoral misto.....	214
3. A equação da reforma legislativa de 2017 e a engenharia dos sistemas eleitorais no Brasil: a fragmentação partidária como raiz.....	216
4. Das convenções para a escolha de candidatos a cargos eletivos .....	224
4.1. As espécies de convenções partidárias.....	225
4.2. As alterações na disciplina das convenções partidárias promovidas pela Lei nº 12.034/09.....	226
4.3. As convenções e a questão dos prazos de filiação partidária e domicílio eleitoral .....	227
4.4. A questão da candidatura nata .....	229
5. As coligações partidárias .....	229
6. A Lei 14.208/21 e a possibilidade de criação de federações partidárias.....	232
7. As fundações e institutos mantidos pelos partidos políticos .....	236
8. Do registro de candidatos.....	237
8.1. A questão do número máximo de candidatos a serem registrados por cada partido político ou coligação partidária.....	237
8.2. A questão do preenchimento mínimo de vagas para cada gênero .....	238
8.3. Documentos necessários para a promoção do registro de candidatura .....	239
8.4. A polêmica em torno do conceito de quitação eleitoral.....	241
8.5. A questão da obrigatoriedade de registro das propostas de candidatos a prefeito, governador e presidente da república .....	242

8.6.	O requerimento individual de candidatura .....	243
8.7.	O novo momento para a aferição das condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade .....	243
8.8.	O registro <i>sub judice</i> de candidato impugnado e a teoria da “conta e risco” .....	244
8.9.	A situação de candidatos expulsos dos seus partidos políticos após o registro da candidatura .....	245
8.10.	Identificação numérica e variação nominal dos candidatos .....	245
8.11.	A substituição de candidatos após o término do prazo de registro de candidaturas .....	247
8.12.	A impugnação de registro de candidatura .....	248
<b>Questões</b>		
<b>CAPÍTULOS V E VI.....</b>		<b>249</b>
1.	Questões com gabarito comentado .....	249
2.	Questões de concurso .....	258
3.	Questões elaboradas pelo autor .....	260
3.1.	Simulado .....	260
3.2.	Exercícios de memorização .....	261
4.	Questões Discursivas .....	262
5.	Gabaritos .....	263
5.1.	Questões de concurso .....	263
5.2.	Questões elaboradas pelo autor .....	265
5.2.1.	Simulado .....	265
5.2.2.	Exercícios de memorização .....	265
<b>CAPÍTULO VII</b>		
<b>PESQUISAS ELEITORAIS E PROPAGANDA POLÍTICA .....</b>		<b>267</b>
1.	Notas introdutórias .....	267
2.	As pesquisas eleitorais .....	267
3.	A propaganda política .....	271
3.1.	Princípios da propaganda política .....	272
3.2.	As espécies de propaganda política .....	272
4.	Da propaganda eleitoral em geral .....	277
4.1.	O importante art. 37 da Lei das Eleições .....	277
4.2.	A propaganda eleitoral dos candidatos a vice e a suplentes de senador .....	280
4.3.	A distribuição de folhetos, volantes e outros impressos na campanha eleitoral .....	281
4.4.	A realização de comícios e showmícios e a utilização de alto-falantes, amplificadores de som e trios elétricos nas campanhas eleitorais .....	282
4.5.	As vedações à boca de urna e a questão da manifestação individual e silenciosa do eleitor no dia da eleição .....	283
4.6.	A vedação ao uso, na propaganda eleitoral, de símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos de governo, empresas públicas ou sociedades de economia mista .....	285
4.7.	O artigo 41 da Lei nº 9.504/97 e o exercício do poder de polícia na propaganda eleitoral .....	285
4.8.	Propaganda política, pandemia e a Emenda Constitucional 107 .....	286
5.	Da propaganda eleitoral mediante <i>outdoors</i> .....	290

6. Da propaganda eleitoral na imprensa escrita .....	290
7. Da propaganda eleitoral no rádio e na televisão.....	290
7.1. As vedações impostas pela legislação às emissoras de rádio e televisão durante o período eleitoral.....	291
7.2. Os debates eleitorais no rádio e na TV .....	292
7.3. O horário eleitoral gratuito .....	294
8. Da propaganda eleitoral na internet.....	297
9. Do direito de resposta.....	301
9.1. Direito de resposta em virtude de ofensa promovida na internet.....	303
9.2. Considerações finais sobre o direito de resposta .....	304
10. A representação por propaganda eleitoral irregular (art. 96 da Lei nº 9.504/97) .....	304
11. Quadro-resumo: o que pode e o que não pode na propaganda eleitoral.....	304
12. Jurisprudência Selecionada.....	308

## CAPÍTULO VIII

### ORGANIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES, ABUSO DE PODER, PRESTAÇÃO DE CONTAS E DIPLOMAÇÃO DOS

<b>ELEITOS .....</b>	<b>313</b>
1. Notas introdutórias .....	313
2. Abuso de poder político e abuso de poder econômico .....	313
3. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais .....	316
3.1. Condutas vedadas previstas nos incisos I a IV do art. 73 da Lei das Eleições .....	316
3.2. As condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e o inciso V do art. 73 da Lei das Eleições.....	318
3.3. Condutas vedadas aos agentes públicos nos três meses anteriores ao pleito (art. 73, VI, da Lei das Eleições).....	319
3.4. Vedação à realização de despesas com publicidade que excedam a média de gastos .....	320
3.5. A questão da revisão geral da remuneração de servidores públicos em ano eleitoral .....	320
3.6. Consequências advindas do descumprimento das normas do artigo 73 da Lei das Eleições .....	321
3.7. O artigo 74 da Lei das Eleições e a possibilidade de cassação de diploma de candidato violador do artigo 37, § 1º, da Constituição Federal .....	321
3.8. A questão da vedação de contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos nos três meses que antecederem às eleições .....	322
3.9. A questão da presença de candidatos em inaugurações públicas.....	322
3.10. A representação por prática de conduta vedada prevista no art. 96 da Lei nº 9.504/97.....	323
4. Combate à violência política contra a mulher.....	323
5. Arrecadação de recursos e prestação de contas .....	324
5.1. A administração financeira das campanhas eleitorais.....	326
5.2. As doações realizadas para campanhas eleitorais.....	328
5.3. O Fundo Especial de Financiamento de Campanhas (FEFC).....	332
5.4. Receitas vedadas.....	335
5.5. Prestação de contas .....	335
5.6. A verificação da regularidade das contas pela Justiça Eleitoral .....	341
5.6.1. A representação do artigo 30-A da Lei nº 9.504/97 .....	342
5.6.2. As sobras de campanhas eleitorais.....	343

6. A captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da Lei das Eleições) .....	344
7. A questão do fornecimento gratuito de transporte e alimentação em dias de eleição .....	346
7.1. O transporte dos eleitores no dia da eleição .....	346
7.2. O oferecimento de refeições a eleitores no dia da eleição .....	347
8. A organização das seções eleitorais e das mesas receptoras de votos.....	347
8.1. A organização das seções eleitorais.....	347
8.2. A organização das mesas receptoras de votos.....	349
9. Do sistema eletrônico de votação e da totalização dos votos.....	350
9.1. O início e o encerramento da votação. ....	350
9.2. Documentos necessários à identificação do eleitor.....	351
9.3. O voto em separado e sua previsão no Código Eleitoral .....	352
9.4. A questão da impossibilidade de conclusão do procedimento de votação pelo eleitor.....	352
9.5. A questão do voto em trânsito .....	353
9.6. A votação por cédulas.....	354
9.7. As recentes reformas eleitorais e a adoção do voto impresso nas eleições ...	355
9.8. Nulidades na votação.....	358
9.9. Fiscalização e auditoria do sistema eletrônico de votação.....	361
10. Justificativa de não comparecimento à eleição.....	363
11. A fiscalização das eleições.....	365
12. A questão da contratação de cabos eleitorais durante a campanha .....	365
13. Garantias eleitorais .....	366
14. A apuração e a proclamação dos resultados.....	367
14.1. A apuração da votação por meio de cédulas .....	369
15. A diplomação e a posse dos eleitos .....	370
16. Jurisprudência Selecionada.....	371

## Questões

<b>CAPÍTULOS VII E VIII</b> .....	<b>377</b>
1. Questões com gabarito comentado .....	377
2. Questões de concurso .....	387
3. Questões elaboradas pelo autor .....	390
3.1. Simulado .....	390
3.2. Exercícios de memorização .....	390
4. Questões Discursivas .....	391
5. Gabaritos .....	391
5.1. Questões de concurso .....	391
5.2. Questões elaboradas pelo autor .....	393
5.2.1. Simulado.....	393
5.2.2. Exercícios de memorização.....	393

## Capítulo IX

<b>AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS</b> .....	<b>395</b>
1. Notas introdutórias .....	395
2. Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC) .....	395
2.1. Legitimidade ativa para a AIRC .....	395
2.2. Legitimidade passiva para a AIRC.....	396

2.3.	Prazo para a interposição da AIRC .....	397
2.4.	Competência para o processamento e julgamento da AIRC .....	397
2.5.	Procedimento da AIRC .....	397
3.	Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) .....	399
3.1.	Legitimidade ativa e passiva para a AIJE .....	399
3.2.	Prazo para a interposição da AIJE .....	400
3.3.	Competência para o processamento e julgamento da AIJE .....	400
3.4.	Procedimento da AIJE .....	400
3.5.	Efeitos da procedência da AIJE .....	402
4.	Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) .....	403
4.1.	Objeto e previsão constitucional da AIME .....	403
4.2.	Competência para o processamento de julgamento da AIME .....	404
4.3.	Legitimidade ativa e passiva para a AIME .....	404
4.4.	Procedimento adotado na AIME .....	404
4.5.	A questão da possibilidade de litispendência entre AIJE, AIME e RCD .....	405
5.	A representação do art. 96 da Lei nº 9.504/97 .....	405
5.1.	Rito processual da representação prevista no art. 96 da Lei das Eleições .....	406
6.	Representação por Captação Ilícita de Sufrágio .....	407
7.	Representação para a apuração de arrecadação e gastos ilícitos (Captação ilícita de recursos: art. 30-A da Lei das Eleições) .....	408
8.	Recurso Contra a Diplomação (RCD) .....	409
8.1.	A legitimidade ativa e passiva para o RCD .....	411
8.2.	Algumas questões processuais referentes ao RCD .....	412
9.	Ação Rescisória Eleitoral .....	413
9.1.	Pressupostos da Ação Rescisória Eleitoral .....	413
9.2.	A questão da possibilidade de concessão de tutela antecipada em sede de ação rescisória eleitoral .....	414
10.	Teoria geral dos recursos eleitorais .....	414
11.	Os recursos eleitorais em espécie .....	417
11.1.	Recursos contra decisões de Junta Eleitoral .....	417
11.2.	Recursos contra decisões de juiz eleitoral .....	417
11.3.	Recursos contra decisões de Tribunal Regional Eleitoral .....	418
11.4.	Recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral .....	420
12.	A Lei 13.165/15 e as alterações promovidas na matéria processual eleitoral .....	420
13.	Breves considerações sobre a aplicação do CPC/2015 ao processo eleitoral .....	422

## Capítulo X

<b>PROCESSO PENAL ELEITORAL E CRIMES ELEITORAIS .....</b>	<b>429</b>
1. Notas introdutórias .....	429
2. O processo penal eleitoral .....	429
2.1. A instauração do processo penal eleitoral e o inquérito policial eleitoral .....	430
2.2. A fase de conhecimento do processo penal eleitoral .....	431
2.3. Competência para o processamento e o julgamento dos crimes eleitorais .....	432
2.3.1. A competência em razão do lugar .....	432
2.3.2. A competência em razão do domicílio ou residência do réu .....	433
2.3.3. A competência em razão da matéria .....	433
2.3.4. A competência em razão da pessoa .....	433
2.3.5. As hipóteses de existência de conexão e continência .....	435

2.4.	A revisão criminal eleitoral .....	437
3.	Os crimes eleitorais .....	437
3.1.	Dos crimes concernentes à formação do corpo eleitoral .....	439
3.2.	Crimes eleitorais relativos à formação e funcionamento dos partidos políticos....	439
3.3.	Os crimes eleitorais em matéria de inelegibilidade.....	439
3.4.	Os crimes eleitorais concernentes à propaganda eleitoral .....	440
3.5.	Os crimes relativos à votação .....	440
3.6.	Crimes eleitorais pertinentes à garantia do resultado legítimo das eleições...	442
3.7.	Crimes concernentes à organização e funcionamento dos serviços eleitorais ....	442
3.8.	Crimes contra a fé pública eleitoral .....	442
3.9.	Crime de denúncia caluniosa .....	443

**Questões**

<b>CAPÍTULOS IX E X.....</b>	<b>445</b>	
1.	Questões com gabarito comentado .....	445
2.	Questões de concurso .....	450
3.	Questões elaboradas pelo autor .....	451
3.1.	Simulado .....	451
3.2.	Exercícios de memorização .....	452
4.	Questões Discursivas .....	452
5.	Gabaritos .....	453
5.1.	Questões de concurso .....	453
5.2.	Questões elaboradas pelo autor .....	454
5.2.1.	Simulado .....	454
5.2.2.	Exercícios de memorização.....	454

**Anexo I**

<b>RESOLUÇÃO 23.659/2021, DE 26 DE OUTUBRO DE 2021 .....</b>	<b>455</b>
--	------------

**Anexo II**

<b>SÚMULAS DO STF, STJ E TSE .....</b>	<b>481</b>
--	------------

**Anexo III**

<b>TESES DE REPERCUSSÃO GERAL DO STF NO ÂMBITO DO DIREITO ELEITORAL .....</b>	<b>485</b>	
a)	Princípios do direito eleitoral: princípio da anualidade .....	485
b)	Ministério Público Eleitoral.....	485
c)	Elegibilidade e inelegibilidade .....	485

**Anexo IV**

<b>RESOLUÇÃO Nº 23.478, DE 10 DE MAIO DE 2016 .....</b>	<b>487</b>
---	------------

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>491</b>
--------------------------	------------